

Registo n.º _____

Data ____/____/____

O Funcionário

LICENÇA PARCIAL PARA CONSTRUÇÃO DA ESTRUTURA

Exmo. Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Cascais

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE (Preencher com letra maiúscula)

Nome/Designação _____

Domicílio/Sede _____

Código Postal _____ - _____ Freguesia _____

Código da certidão permanente: _____

Nº. Identificação Fiscal _____ Telefone / Telemóvel _____

Fax _____ E-mail _____

Na qualidade de Proprietário Usufrutuário Locatário Superficiário Mandatário Sócio-Gerente / Administrador Outra (indique qual) _____

Identificação do Edifício / Fração onde se pretende executar a obra

Morada: _____

Código Postal _____ - _____ Freguesia _____

Descrito na Conservatória do Registo Predial sob a ficha nº. _____

REQUER, ao abrigo do nº. 6 do artº. 23º. do Dec-Lei nº. 555/99, de 16 de Dezembro, na redação do Dec-Lei nº. 26/2010, de 30 de março, **a aprovação de uma licença parcial para a construção da estrutura**, considerando que foram entregues todos os projetos de engenharia das especialidades e outros estudos, encontrando-se aprovado o projeto de arquitetura correspondente ao pedido de licenciamento da obra a que se refere o **Procº. Nº.** _____/_____.

MAIS REQUER a emissão do correspondente alvará para o que junta os elementos a que se refere o nº. 2 do artº. 3º. da Portaria nº. 232/2008, de 11 de Março

Anexa para o efeito os elementos instrutórios assinalados na folha anexa.

Pede Deferimento,

Cascais, ____ de _____ de _____

O Requerente,

Bilhete de Identidade / Cartão de Cidadão nº. _____, válido até ____/____/____,

Fatura / Guia nº _____ / **20**_____

ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS PARA LICENÇA PARCIAL PARA CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURA

- OBR.1 - Apólice de seguro de construção**, quando legalmente exigível;
- OBR.2 - Apólice de seguro de que cubra a responsabilidade pela reparação de danos emergentes de acidentes de trabalho**, nos termos previstos na Lei nº. 100/97, de 13 de setembro
- OBR.3 - Termo de responsabilidade subscrito pelo director de obra**
- OBR.4 – Documentação relativa ao director da obra**
 - Declaração emitida por associação pública profissional** comprovativa da respectiva qualificação ;
 - Seguro de responsabilidade civil** nos termos da Lei nº. 31/2009; quando aplicável;
 - Comprovativo da integração no quadro de pessoal da empresa responsável pela execução da obra**, se for o caso, através de declaração de remunerações conforme entregue na segurança social, referente ao último mês;
 - Comprovativo da integração no quadro técnico da empresa responsável pela execução da obra**, se for o caso, devidamente comunicado à entidade com competência para a concessão do alvará para o exercício da actividade de construção , através de declaração emitida por essa entidade em documento escrito ou em formato electrónico fidedigno; ([consultar notas explicativas site InCI](#))em documento escrito ou em formato electrónico fidedigno;
- OBR.5 - Termo de responsabilidade subscrito pelo director de fiscalização de obra**
- OBR.6 - Documentação relativa ao director de fiscalização de obra**
 - Declaração emitida por associação pública** profissional comprovativa da respectiva qualificação ;
 - Seguro de responsabilidade civil** nos termos da Lei nº. 31/2009; quando aplicável ;
- OBR.7 - Declaração de titularidade de alvará emitido pelo InCI, I.P.**, com as habilitações adequadas à natureza e valor da obra **ou título de registo emitido por aquela entidade**, com subcategorias adequadas aos trabalhos a executar,
- OBR.8 - Livro de obra**, com menção do termo de abertura;
- OBR.9 - Elementos de Gestão de Resíduos de Construção/Demolição**, quando aplicável e de acordo com o Decreto-Lei n.º 46/2008 de 12 de Março
- PSS. - Plano de segurança e saúde:**
 - PSS.1 -Termo de responsabilidade** subscrito pelo autor do plano

- PSS.2 - Declaração emitida por associação pública** profissional comprovativa da qualificação para a elaboração do plano e quando aplicável seguro de responsabilidade civil nos termos da Lei nº. 31/2009;
- PSS.3 - Memória descritiva e justificativa**
- PSS.4 - Peças desenhadas**

- DIV.** – Outros documentos não definidos;

- DCG.** – Declaração de conformidade digital do projeto de arquitetura;

- Caução para demolição da estrutura até ao piso da menor cota em caso de indeferimento** (o documento da caução deve cumprir os requisitos constantes do modelo disponibilizado pelos serviços municipais)

<p>Anexar ao pedido as folhas do formulário assinalando</p> <ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> no quadrado a preto os elementos apresentados<input type="checkbox"/> o quadrado sombreado destina-se a uso exclusivo dos serviços	<p>A referência pdf ou dwf/ dwf/x corresponde ao formato digital do ficheiro do elemento a apresentar Consultar normas de apresentação no site do Município</p>
---	---

TERMO DE RESPONSABILIDADE PELA DIREÇÃO DA OBRA

(¹) _____,
portador do B.I. nº. _____, emitido em ____/____/____, pelo Arquivo de Identificação
de _____, ou Cartão de Cidadão nº. _____, válido até
____/____/____ Contribuinte nº. _____, com morada em

Código Postal _____ - _____ - _____, telefone _____ e fax _____,
e-mail _____,
Inscrito na (²) _____,
Sob o nº. _____, declara que se responsabiliza pela direção da obra de
_____ (³), sujeita a

Licenciamento através do processo nº. _____/_____,
 correspondente à _____ Fase do Licenciamento - processo nº. _____/_____,
 com comunicação prévia.
 obra isenta de controlo prévio, nos termos da _____
que se localiza em (⁴) _____
_____ na freguesia de _____,
promovida por (⁵) _____
_____.
Com morada em _____

Cascais, ____ de _____ de _____

O Director de Obra (⁶),

Bilhete de Identidade / Cartão de Cidadão nº. _____, válido até ____/____/____,

- (1) Nome e habilitação profissional do director da obra
- (2) Identificar a associação pública de natureza profissional, anexando o **original da declaração emitida pela Associação Profissional nos termos do art.º 3º da Portaria nº. 1379/09**
- (3) Indicar a operação urbanística licenciada, comunicada ou obra isenta de controlo prévio
- (4) Localização da obra (nome do arruamento e lote / número de polícia e freguesia).
- (5) Indicação do nome / designação do requerente
- (6) Assinatura reconhecida ou comprovada por funcionário municipal mediante a exibição do bilhete de identidade ou cartão de cidadão

TERMO DE RESPONSABILIDADE PELA DIREÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA OBRA

(¹) _____,
portador do B.I. nº. _____, emitido em ____/____/____, pelo Arquivo de Identificação
de _____, ou Cartão de Cidadão nº. _____, válido até
____/____/____ Contribuinte nº. _____, com morada em

Código Postal _____ - _____ - _____, telefone _____,
e-mail _____,
Inscrito na (²) _____,
Sob o nº. _____, declara que se responsabiliza pela direção de fiscalização da
obra de _____(³), sujeita a Licenciamento através do processo nº.
_____/_____,
 correspondente à _____ Fase do Licenciamento - processo nº. _____/_____,
 com comunicação prévia.
 obra isenta de controlo prévio, nos termos da _____
que se localiza em (⁴) _____
_____ na freguesia de _____,
promovida por (⁵) _____
_____.

Com morada em _____
Cascais, ____ de _____ de _____

O Diretor de Fiscalização de Obra (⁶),

Bilhete de Identidade / Cartão de Cidadão nº. _____, válido até ____/____/____,

- (1) Nome e habilitação profissional do diretor de fiscalização da obra
- (2) Identificar a associação pública de natureza profissional, anexando o **original da declaração emitida pela Associação Profissional nos termos do art.º 3.º da Portaria nº. 1379/09**
- (3) Indicar a operação urbanística licenciada, comunicada ou obra isenta de controlo prévio
- (4) Localização da obra (nome do arruamento e lote / número de polícia e freguesia).
- (5) Indicação do nome / designação do requerente
- (6) Assinatura reconhecida ou comprovada por funcionário municipal mediante a exibição do bilhete de identidade ou cartão de cidadão

DECLARAÇÃO DE TITULARIDADE DE ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO CIVIL

alínea c) do nº. 2 do artº. 12º. Da Portaria nº. 232/2008, de 11 de Março

Nome _____

Domicílio/Sede _____

Código Postal _____ - _____ Freguesia _____

Nº. Identificação Fiscal _____ Telefone / Telemóvel _____

DECLARA que é titular do **Alvará** **Título de Registo** emitido pelo InCI, I.P. Nº. _____, Classe: _____, subcategoria(s): _____ emitido em ____ / ____ / _____, válido até ____ / ____ / _____, com o pessoal segurado pela apólice nº. _____ Na Companhia de Seguros _____

Mais Declara que lhe foi adjudicada a execução da obra abaixo indicada:

Dono da Obra: _____

Morada/Local: _____

Freguesia: _____, assumindo a colocação no local da obra de placa identificativa com os elementos a que se refere o nº. 4 do artigo 24º. do Decreto-Lei nº. 12/2004, de 9 de Janeiro, alterado pelo Decreto-Lei nº. 18/2008, de 29 de Janeiro.

TIPO DE OPERAÇÃO URBANÍSTICA:

- Comunicação prévia de obras**
- Processo de Licenciamento de Obras de Edificação nº. _____/_____**
- Processo de Loteamento e/ou obras de urbanização nº. _____/_____**
- Processo de _____**

O Declarante,

BI/CC nº. _____, válido até _____

Conferi no portal InCI a habilitação da empresa de construção acima indicada.

O Funcionário,

MUNICÍPIO DE CASCAIS

GARANTIA BANCÁRIA AUTÓNOMA À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO

(Nome do Banco, sede, nº pessoa coletiva, nº de registo conservatória, capital social) presta por este documento uma garantia bancária autónoma à primeira solicitação, a pedido da Sociedade ((nome, nº de pessoa coletiva/ particular, sede/residência), a favor do Município de Cascais, pessoa coletiva de direito público número 505 187 531, com sede na Praça 5 de Outubro, em Cascais, na qualidade de entidade licenciadora nos termos seguintes:

- 1.** A presente garantia é prestada no âmbito do artº. 81 e destina-se a garantir a reposição do terreno nas condições em que se encontrava antes do início dos trabalhos de demolição, ou de escavação e contenção periférica até à profundidade do piso de menor cota, conforme autorizado no reqº. Nº. _____/____ - Processo de licenciamento de obra nº. _____/____ estando sujeita a atualização nos termos do artº 54º, nº 2, ambos do Decreto Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, na sua atual redação.
- 2.** O Banco obriga-se, a título de garantia, a pagar à entidade licenciadora até ao montante de € (extenso), em conformidade com o disposto no artº. 54 º, nº 3 do Decreto-lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, na sua atual redação.
- 3.** O Banco compromete-se a pagar à entidade licenciadora a importância que esta lhe exigir, em conformidade com o disposto no nº.2, procedendo a esse pagamento imediatamente após o primeiro pedido escrito que dele lhe faça a entidade licenciadora, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.
- 4.** O Banco não só não goza do benefício de excussão como não pode recusar o pagamento sob alegação de que não está demonstrada a mora, o cumprimento defeituoso ou a falta de cumprimento do promotor.
- 5.** O Banco não pode, outrossim, opor à entidade licenciadora quaisquer outros meios de defesa de que o promotor possa porventura prevalecer-se em face dela.
- 6.** Ao Banco assistirá o direito de haver do promotor, a título de regresso, tudo aquilo que tenha desembolsado em consequência da presente garantia, não podendo o promotor, por seu turno, opor ao Banco os meios de defesa que lhe compitam em relação à entidade licenciadora.
- 7.** A presente garantia não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se válida até à emissão do correspondente alvará de Autorização de Utilização.

DATA

ASSINATURAS *(reconhecidas e selo branco)*

(menção do pagamento do imposto de selo ou da sua isenção)

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DIGITAL

(¹) _____,
portador do B.I./C.C. nº. _____, válido até ____ / ____ / ____ , NIF
_____, com morada em _____,
Código Postal _____ - _____ - _____, telefone _____,
e-mail: _____
inscrito na (²) _____, com o nº. _____
 na qualidade de autor do projeto de (³) _____
 na qualidade de coordenador dos projetos
relativo(s) à obra de (⁴) _____,
localizada em (⁵) _____,
na freguesia de _____, cujo(a) (⁶) _____
foi apresentado (a) por (⁷) _____,

Declara que o projeto entregue em formato digital corresponde na íntegra ao projeto entregue em formato papel.

Cascais, ____ / ____ / ____

O Técnico,

- _____

(1) Nome e habilitação profissional do autor do projecto.
(2) Identificar a associação pública profissional,
(3) Identificar o tipo de projecto
(4) Identificar o tipo de obra a executar
(5) Localização da obra (rua, lote / número de polícia e freguesia).
(6) Indicar se se trata de licenciamento ou comunicação prévia
(7) Indicação do nome do requerente

NORMAS TÉCNICAS PARA APRESENTAÇÃO DE PEDIDOS DE OPERAÇÕES URBANISTICAS EM FORMATO DIGITAL

Para cumprimento da legislação em vigor e considerando as funcionalidades e requisitos técnicos/informáticos necessários à correta receção dos processos em formato digital, destinados à realização de operações urbanísticas, formulados através de pedidos de informação prévia, licenciamento, comunicação prévia e autorização de utilização, deverão ser observadas as seguintes especificações:

1. As peças escritas deverão ser entregues em formato PDF, por ser este o formato que garante o arquivo de longa duração de documentos eletrónicos.
2. As peças desenhadas deverão ser entregues em formato DWF / DWFx (este ultimo quando utilizada a assinatura digital)

Caracterização dos ficheiros contendo os projetos:

- Todos os elementos de um processo / requerimento deverão ser entregues em formato digital e autenticados através de uma assinatura digital qualificada utilizando, por exemplo, o certificado digital do cartão do cidadão;
- A cada elemento obrigatório na instrução de um processo/requerimento deverá corresponder um ficheiro, com nome/designação que permita identificar inequivocamente o seu conteúdo e que contenha entre 8 e 16 caracteres.
- Os três primeiros caracteres do nome de cada ficheiro deverão corresponder aos dígitos identificados junto a cada elemento instrutório da lista disponibilizada com os elementos a entregar para cada tipo de procedimento
(por ex: **REQ I I I I I I I I I I ARQ.1 I I I I I I I I I I**)
- Caso seja necessária a substituição de elementos no processo, deverá o interessado proceder à entrega de um novo ficheiro atualizado, com a totalidade do elemento a substituir, devendo manter as propriedades do mesmo no que se refere ao formato e nome/designação, sendo que no caso de substituição de peças desenhadas é obrigatório manter a mesma ordem e escala dos desenhos assim como o posicionamento na despectiva folha.
- Cada documento de um ficheiro não deve ultrapassar 500 KB em média por página e na sua totalidade não deve ultrapassar os 30 MB.
- Os ficheiros deverão ser apresentados em suporte digital CD/DVD/pen drive e todos os elementos a entregar devem estar gravados numa única diretoria para simplificar o processo de leitura.
- Todas as folhas contidas num ficheiro DWF / DWFx deverão ser criadas com o formato/escala igual ao de impressão. Por exemplo, um desenho que seria impresso em formato A1 deverá passar a DWF / DWFx com o mesmo formato/escala.
- A unidade utilizada deve ser o metro, com precisão de duas casas decimais. O autor deverá configurar a impressão para que a componente vetorial do ficheiro tenha uma definição (DPI) suficiente para garantir esta precisão (mínimo 150 DPI's).
- Todas as folhas criadas a partir de aplicações CAD deverão conter uma identificação lógica dos despectivos layers, permitindo o seu controle de visibilidade.
- A elaboração e conteúdo dos ficheiros entregues, contendo texto, peças desenhadas ou outros elementos gráficos ou fotográficos, é da total responsabilidade do técnico autor do projeto de arquitetura/especialidade ou coordenador dos projetos em causa, devendo o responsável anexar ao ficheiro a respetiva declaração de conformidade.

- Encontra-se totalmente vedada aos serviços da Câmara Municipal e execução de qualquer alteração aos ficheiros entregues, estando assim garantida a autenticidade dos mesmos.
- Tendo em consideração que os ficheiros apresentados serão introduzidos, no momento da apresentação, nas plataformas informáticas do processo digital, os mesmos apenas poderão ser aceites se cumprirem todas as especificações indicadas, sendo recusados caso não seja aceite a integração dos mesmos nos programas existentes no Município e consequentemente no portal autárquico.
- A apresentação do processo em formato digital deve cumprir as normas em vigor à data da entrega do processo, as quais se encontram disponíveis no site Internet do Município.